



PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Discurso do secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, no Encontro Nacional de Gestão Pública da População LGBT

(5/9/13, às 9h, no Hotel Braston)

Bom dia a todas e a todos,

É uma grande satisfação estar presente neste importante encontro, que reúne dezenas de pessoas responsáveis pela elaboração e implementação de políticas públicas para a população LGBT. É um espaço essencial para troca de experiências capazes de fortalecer a garantia dos direitos humanos dessa comunidade. Cumprimento ao companheiro Leonardo Bastos, presidente do Fonges, e todos gestores participantes desse fórum. Agradeço o convite e saúdo todos participantes do evento.

O nome da mesa, “Institucionalização da política LGBT”, é muito oportuno no momento em que estamos consolidando uma secretaria de direitos humanos no município de São Paulo e fortalecendo a coordenação de políticas para população LGBT.

Antes disso, gostaria de compartilhar com vocês algumas experiências e avanços que acompanhei durante os 10 anos que estive no governo federal. Trabalhando na Casa Civil, assisti ao lançamento do Programa

Brasil sem Homofobia, em 2004, e a partir de 2005, já como secretário-executivo da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, tive a oportunidade de acompanhar diretamente a implementação desse programa e a criação dos Centros de Referência de Combate à Homofobia.

Em 2008 tive a emoção de organizar a primeira Conferência Nacional LGBT, com a presença do presidente Lula, que culminou na elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Institucionalmente também tivemos vitórias significativas, como a própria criação da Coordenação-Geral de Políticas LGBT na SDH em 2009 e a criação do Conselho Nacional LGBT em 2010. Assisti, ainda, a publicação do decreto que instituiu no país o dia 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia.

Essas iniciativas inauguraram importantes instrumentos para ajudar no enfrentamento à violência e ao preconceito contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, mas, muito mais do que isso, consolidou o posicionamento público de combate à discriminação que, no ano passado, vitimou quase 10 mil pessoas – um crescimento de aproximadamente 50% em relação ao ano anterior.

No Município, como eu disse, estamos trabalhando para fortalecer as institucionalidades da área e, principalmente, a articulação de ações no conjunto de governo que se traduzam em uma política adequada de promoção da cidadania LGBT. Isso porque compreendemos que apenas a gestão transversal é capaz de responder às demandas que se impõe e trazer resultados efetivos.

Entendemos que a nossa atuação, em qualquer hipótese, deve ser construída intrinsecamente com o movimento social. E, se me permitem a sugestão, creio que essa é uma idéia a ser levada em consideração por todos os gestores de políticas públicas como vocês. Ter a

participação social como método de gestão é a resposta para avançarmos na garantia dos direitos humanos no País.

Isso não é mero capricho. A participação social é, antes de tudo, um direito e um instrumento essencial para o aprofundamento democrático em nossos países. Ela cria condições para que os movimentos sociais, as universidades e o conjunto da sociedade civil organizada, com a vasta experiência acumulada, possam contribuir em todas as etapas de construção política. Este processo de pactuação mútua e de responsabilidades compartilhadas possibilita a qualificação das políticas e faz com que seus resultados cheguem à ponta com maior coesão, coerência e, conseqüentemente, com maior efetividade.

Fizemos no início da gestão um diálogo ampliado com o movimento LGBT, colhendo as sugestões de quais deveriam ser as nossas prioridades. Esse subsídio orientou nosso planejamento que já começamos a executar. Devemos voltar a dialogar com as mesmas pessoas, para que acompanhem o resultado de sua participação e contribuam constantemente na correção dos rumos, na implementação das ações e no seu monitoramento.

Foi desse diálogo que surgiu, por exemplo, a determinação de revitalização do Largo do Arouche. Essa ação será importante para qualificar o lugar como espaço simbólico dos direitos da comunidade LGBT, dentro da perspectiva de ocupação dos espaços públicos para exercício da cidadania que a Secretaria de Direitos Humanos tem investido.

Esse modelo se repete em ações específicas. Temos como demanda específica do prefeito Fernando Haddad a construção de uma política de cidadania para travestis e transexuais, que chamamos por enquanto de “TransCidadania”. A intenção é a melhor, e não podemos nos perder nos nossos “achismos”. Antes de começar a desenhar a matriz do programa, chamamos especialistas e representantes do movimento social para

debater conosco as diretrizes desta tarefa. A partir disso desenhamos as políticas, pactuamos no conjunto de governo as ações intesecretariais e estamos quase concluindo o trabalho. Quando finalizamos o esboço, devemos fazer a devolutiva para a sociedade civil. É assim que compreendemos que devemos fazer a política e assim, fortalecê-la institucionalmente.

Finalmente, foi uma grande conquista a garantia de uma meta específica no Programa de Metas da Cidade. A meta 61 determina o desenvolvimento de ações permanentes de combate à homofobia e à diversidade sexual. Isso é extremamente importante para a institucionalidade da política LGBT, pois insere essa perspectiva nas prioridades da gestão, facilita a articulação transversal e garante orçamento para a área.

Sob esse guarda-chuva, já temos a perspectiva de realizar uma série de ações para a garantia dos direitos humanos da população LGBT, como campanhas contra a homofobia; ampliação da rede de centros de referência interdisciplinar; disponibilização de unidades móveis de combate à homofobia; formação de professores da rede municipal, entre outras ações, além daquelas que já mencionei.

Enfim, creio que a institucionalização da política LGBT passa por diversos aspectos, desde a garantia da estrutura administrativa até a construção transversal da política. Mas, acima de tudo, devemos ter sempre a participação social como instrumento da construção de nossa ação.

Não me alongo mais e fico à disposição para continuarmos no debate. Forte abraço e obrigado.